



A cidadania precisa avançar

Alexandre Santos

Artigo sobre a importância da Reforma Política como forma de defender a democracia brasileira contra os golpistas.

No final de junho de 2013 - insuflado e inflado pelo movimento golpista que vem ganhando contorno mais nítido nos dias de hoje e que, na ocasião, dado o start, perdeu qualquer controle sobre os acontecimentos -, o povo brasileiro foi às ruas e, em nítido movimento político (materializado por um conjunto de reivindicações aparentemente desconexo), tornou público o descontentamento da sociedade com o tipo de democracia praticada no País. De fato, por mais que os conservadores tentem negar, dizendo serem, aquelas, manifestações contra o 'poder executivo' (referência prontamente associada no imaginário popular ao governo federal, nada importando o Poder ou a esfera de governo que, de fato, tenha responsabilidade sobre os desmandos apontados), por trás de cada um dos 'vinte centavos' reclamados, estava a profunda descrença dos brasileiros naqueles que devem representá-los e garantir seus direitos - fossem eles juízes, promotores, procuradores, delegados, vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores ou presidente -, os quais, reféns ou prepostos de interesses específicos, costumam agir como se não tivessem compromissos com a sociedade. Naquela ocasião, a reação ao descaso e ao abandono político escapou do controle das autoridades e convulsionou o País, suscitando grandes dúvidas sobre a 'democracia brasileira'.

Na realidade, embora chancelado pelo *establishment* como uma 'democracia', o modelo político brasileiro (a exemplo da grande maioria dos governos ocidentais), sujeito às rédeas curtas dos poderes econômico e mediático, tem natureza aristocrática com fortes marcos de plutocracia. Por isso, naquela ocasião, sem resposta aos "quem representa meus interesses?" ou aos "com quem posso, concretamente, compartilhar as minhas propostas e angústias?", o povo percebeu estar fora do governo e, aceitando as ideias acenadas e insinuadas pelas forças golpistas, tentou fazer justiça com as próprias mãos. O fenômeno de *Manada* fez o resto e, todos viram, por pouco o Brasil do século XXI não protagonizou espetáculo semelhante àquele que derrubou a Bastilha no século XVIII.

Aliás, nunca é demais alertar, a despeito dos sólidos conceitos em que se fundamenta e, por sua vez, dá fundamento, além de formulação política, 'Democracia' é uma palavra e, como qualquer outra, está sujeita a manipulação. De fato - embora, desde sempre, os compêndios ensinem que 'Democracia' é a forma de governo na qual o povo exerce o poder ('demo' significa povo e 'cracia', governo) -, com objetivo jamais declarado de alcançar e exercer governo mantendo o encanto inerente à *demokratia*, aristocratas deturpam a palavra, fazendo-a assumir significado distinto do original. Assim, nos dias de

hoje, modulando a capacidade crítica das pessoas, a palavra democracia foi 'reconfigurada' e, não mais vem se referindo à 'forma de governo na qual o povo exerce o poder' mas, sim, a um mero sistema de 'escolha'. Na nova perspectiva, basta ter sido escolhido através de eleição - mesmo aquelas norteadas por leis facciosas, marcadas pela fraude, guiadas por propaganda enganosa e corrompidas pelo poder econômico - para que até governos que exercem o poder de costas para o povo se digam 'democráticos'.

Pois bem. Para desespero do *status quo*, constatando o enorme fosso existente entre o povo e o poder, muita gente já percebeu que, ao contrário daquilo dito e repetido pela mídia, não é o fato de ter sido eleito que torna um governo democrático ou não. Aliás, governos exercidos por desconhecidos criados pela propaganda e frutos de pleitos preparados especialmente para encastelar elites, raramente são democráticos e mais se prestam para a formação de blocos parlamentares temáticos e para a proteção de interesses corporativos. Não é a toa que as pessoas perdem motivo para acreditar na 'democracia' que lhes é apresentada e, decepcionadas, são, legitimamente, tentadas a adotar o modelo de 'o povo nas ruas', consagrando a prática do 'cada um por si' próprio da anarquia.

A democracia precisa ser restaurada sob pena de recrudescimento da instabilidade que levou ao 'junho de 2013' em caminho aberto ao anarquismo, que, como contraponto involuntário, serve de justificativa para o autoritarismo. Desta forma, restaurar a confiança na democracia é essencial a sua preservação. Não é outra a razão de, hoje, no Brasil, tantos homens públicos reconhecerem a premência de uma reforma política que, além de restabelecer o significado original da palavra (governo do povo), promova mudanças no sistema eleitoral e, também, claro, na forma de governar. É nesta perspectiva que emerge a importância da Reforma Política falada por tantos - inclusive por quem não sabe o que diz e por quem quer preservar ou piorar ainda mais o arremedo de democracia prevalecente no País -, pois, se de um lado, a restauração de palavra depende apenas da atitude de suspender a manipulação e conter os manipuladores, a democratização do sistema eleitoral e do sistema de governo depende de uma profunda alteração na lei eleitoral, nas práticas de governo e na adoção e valorização de sistemas de controle social.

Assim, como elemento preparatório de uma reforma que busque aperfeiçoar a democracia praticada no Brasil, seria importante estimular a discussão de temas, eventualmente controversos, mas associados ao aumento da participação, como, por exemplo, maior facilidade para a criação e funcionamento de partidos políticos, possibilidade de candidaturas avulsas, aumento do número de cadeiras nas casas legislativas, supressão da remuneração de alguns cargos públicos, maior facilidade para a apresentação de projetos-de-lei de iniciativa popular, criação do instituto da tribuna popular nas casas legislativas, possibilidade de interrupção de mandatos pela iniciativa popular através de referenduns revogatórios, criminalização do chamado estelionato eleitoral (iludir o eleitor através de falsas promessas eleitorais), proibição do financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas, realização de eleições proporcionais em sistema de dois turnos, atribuição de caráter impositivo aos Orçamentos Públicos, redução da influência política da

mídia, adoção de indicadores de eficiência que, se não atendidos, possam justificar o *impeachment* de autoridades, etc. etc. etc.

Mas, como diz o velho provérbio, 'falar é fácil, fazer é difícil. Não seria diferente com uma reforma política. Afinal de contas, sequer há consenso entre as forças reformistas sobre a 'democracia' que se quer para o País. Além disso, apesar do discurso de aparência democrática, alguns grupos ditos progressistas, pouco a pouco, revelam índole conservadora e reacionária e, deixando claro não aceitar um 'governo do povo', evocam a necessidade de garantir a governança para rejeitar o aumento real da participação popular no governo do País (e, portanto, a democracia).

De qualquer forma, mesmo sabendo da existência de redutos golpistas, conservadores e reacionários, os democratas têm o dever de lutar por uma reforma política que aumente a participação do povo no governo do País. A democracia merece este sacrifício.

Viva a democracia!

(*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco